



Direito e Discriminação (DES 0319)

SYLLABUS

Horários e salas:

Matutino: Quintas-feiras, das 10h15 às 12h - Sala 5 (2º andar)

Vespertino: Quintas-feiras, das 16h20 às 17h55 - Sala Dutra Rodrigues

Descrição do curso:

A igualdade moral e jurídica entre indivíduos é a mola mestra do constitucionalismo moderno. Sua tradução para a linguagem dos direitos se dá por demandas de *distribuição de recursos* (voltada à promoção de igualdade material) e de *reconhecimento de status*, perseguido por amplos programas de não-discriminação. Todas as constituições modernas e tratados globais e regionais de direitos humanos trazem em seu texto princípios de não-discriminação. A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi enfática e abundante na adoção da mesma linguagem (art. 3º, IV, art. 5º, caput, XXI, art. 227, § 1º, I). Se, por um lado, a linguagem da não-discriminação é pervasiva nas normas constitucionais que moldam o ordenamento jurídico brasileiro, a prática da discriminação permanece enraizada no cotidiano da sociedade brasileira, que ainda a pratica em todas as suas modalidades, em variados espaços e com diferentes graus de visibilidade e naturalização. É no fosso que existe entre a prática disseminada da discriminação e a ambiciosa linguagem da não-discriminação que se pode medir a difícil efetividade das pretensões de progresso moral e político da Constituição de 1988.

Objetivos do curso:

Este curso almeja explorar um território particular da violação de direitos na sociedade brasileira, uma agenda que possui tanto denominadores comuns quanto desafios próprios que a diferenciam da agenda genérica da proteção de direitos fundamentais. Cursos propedêuticos de direitos fundamentais diluem o problema multi-facetado da discriminação dentro da lista genérica das declarações de direitos e não conseguem atender a essa demanda central da teoria dos direitos em geral, e do fenômeno da violação de direitos na realidade brasileira em particular. O curso intenta, por fim, avaliar amplos conglomerados normativos (nos planos internacional e doméstico, constitucional e infra-constitucional) que implementam políticas de combate à discriminação.



Metodologia:

1. Aulas:

As aulas semanais não serão expositivas. Seu êxito, portanto, dependerá em boa medida da preparação prévia de alunas e alunos para possibilitar aulas dialogadas e participativas sob a condução do professor do curso. A preparação prévia corresponde à realização da leitura indicada, à reflexão sobre a(s) pergunta(s) de debate indicadas para aquela aula e, por fim, à elaboração de uma “pensata”, segundo explicação abaixo.

2. Pensata semanal:

Semanalmente, alunas e alunos deverão enviar, à sua respectiva monitora ou monitor, por correio eletrônico, um exercício escrito baseado na leitura prévia (“pensata”). Este exercício poderá ser de diversos tipos, conforme especificado para cada aula: resenha de leitura, análise crítica, elaboração de um esquema de perguntas para debate etc. São exercícios curtos, com uma página de extensão, e que serão semanalmente avaliados por monitores.

Entrega: terça-feira anterior à aula respectiva até 12h

3. Seminários e trabalho semestral

O semestre terá quatro seminários, conforme calendário. Para o seminário, a classe será dividida em quatro grupos e se dirigirá a salas diferentes. Uma dupla ou trio de monitores conduzirá as atividades. Será com seus respectivos monitores que todas as alunas e alunos estabelecerão um diálogo mais próximo e contínuo ao longo do semestre, tanto sobre o andamento do curso em geral quanto sobre as atividades de seminário em particular.

A série de quatro seminários buscará discutir e possibilitar a construção cooperativa de um trabalho semestral, que consistirá na elaboração de uma (i) cartilha de educação em direitos ou na produção de um (ii) vídeo voltado à educação em direitos acompanhado de uma nota de ensino. Essas duas alternativas de trabalho serão mais bem explicadas no primeiro seminário.

4. Avaliação

A avaliação semestral será feita com base em duas notas: a média das pensatas semanais (50%) e a nota do trabalho semestral a ser desenvolvido ao longo dos seminários sob orientação dos monitores (50%).



Programa

1. Direito e Discriminação: apresentação (4/8)

Leitura obrigatória:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*, cap 1.
- Gender Issues in the College Classroom: Columbia University in the City of New York. Graduate School of Arts & Sciences Teaching Center. p. 1-4.

2. Seminário 1 (11/8)

3. O Direito da Antidiscriminação brasileiro (18/8)

Debate: O que é o Direito da Antidiscriminação? Quais os desafios de uma “dogmática do Direito da Antidiscriminação”?

Pensata: Elabore uma resenha de uma página do texto de Roger Raupp Rios

Leitura obrigatória:

- Legislação selecionada sobre o Direito da Antidiscriminação.
- RIOS, Roger Raupp. “O Direito da Antidiscriminação e a Tensão entre o Direito à Diferença e o Direito Geral de Igualdade.” *Direitos Fundamentais & Justiça*, 18, 2012.
- Palestra de Roger Raupp Rios: <https://www.youtube.com/watch?v=EuocD2wa81c>

4. Liberdade de expressão e o ‘politicamente correto’: entre a linguagem inclusiva e a ofensiva (25/8)

Debate: Tenho liberdade de expressão para ofender e humilhar? Tenho liberdade de expressão para manifestar indiferença?

Pensata: Elabore, em uma página, e levando em conta as leituras, sua posição pessoal a respeito dos limites da liberdade de expressão frente às pressões do ‘politicamente correto’.

Leitura obrigatória:

- Cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004



- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Quem tem medo do politicamente incorreto?”, Folha de São Paulo, 15/5/2005
 - Ação Civil Pública por danos morais contra Levy Fidelix em razão de discriminação homofóbica – Petição da DPESP http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/o/ACP_LEVY_dano%20moral%20coletivo.pdf
 - BRUM, Eliane. “No Brasil, o melhor branco só consegue ser um bom sinhozinho”, El País, 27/5/2015
- Vídeo:** O Riso dos Outros: https://www.youtube.com/watch?v=uVyKY_qgd54

5. Gênero: direitos sexuais e reprodutivos (1/9)

Debate: Como garantir os direitos das mães no cárcere?

Pensata: Em uma página e com base na leitura, elabore uma resposta para as seguintes perguntas: Quais são as principais violações de direito que as mães no cárcere sofrem? De que forma essas violações são atravessadas por marcadores de gênero?

Leitura obrigatória:

- BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista FGV Direito SP*. v. 11, n. 2 (2015): jul.-dez. (22).
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes ; ANGOTTI, Bruna . Dar à Luz Na Sombra – Condições atuais e futuras para exercício de maternidade por mulheres em situação de prisão. 2015. P. 71-72 e 78-84.

Diplomas jurídicos:

- *Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras*
- *Lei Nº 13.257/2016: dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância*
- *Regras de Mandela: Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos*
- *Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional*
- *Lei Nº 11.942/2009: assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.*
- *Lei Nº 12.403/2011: lei das cautelares*

Extras

- *Cartilha Mães no Cárcere:*
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/33/documentos/Cartilha%20M%C3%A3es%20no%20C%C3%A7%C3%A3o%20Leitura.pdf>



Cartilha Direitos Sexuais e Reprodutivos

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/Direitos%20Sexuais%20e%20Reprodutivos.pdf>

• Vídeo: Mães do Cárcere Parte 1 e Parte 2:

(i) <https://www.youtube.com/watch?v=CGlRoHqsn6k>

(ii) <https://www.youtube.com/watch?v=joUuTQmLUg4>

6. Seminário 2 (15/9)

7. Raça: mito da democracia racial e o racismo no Brasil (22/9)

Debate: Como se dá o acesso à justiça para vítimas de racismo?

Pensata: A partir da leitura, escreva em uma página se você concorda com a afirmação de que “no Brasil o racismo é o crime perfeito” e quais são as principais dificuldades do sistema de justiça para combater o racismo.

Leitura obrigatória:

- Relatório Nº66/06 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Caso 12.001, Mérito Simone André Diniz, Brasil, 21 de outubro de 2006: <http://cidh.oas.org/annualrep/2006port/BRASIL.12001port.htm>
- Entrevista com Djamilia Ribeiro: <http://pagina22.com.br/2016/02/04/o-crime-perfeito/>
- Entrevista com Kabengele Munanga: <http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>
- Magnoli, Demétrio. “Constituição do Racismo.” Folha de São Paulo, 12/1/2006.

Extra

Cartilha “Combate à discriminação racial” (Defensoria Pública):

http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/34/documentos/cartilhas/FOLDER_discriminacao_racial_2015_visualizacao.pdf

Diplomas jurídicos:

- *Lei Estadual 14.187/10 - Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação.*



- *Injúria qualificada - Artigo 140, § 3º, do Código Penal*
- *Lei dos Crimes de Preconceito e Discriminação – Lei 7.716/89 - Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*
- *Apelação Cível nº 0043282-87.2007.8.26.0602, Tribunal de Justiça de SP – Indenização por dano moral*
- *TRT/SP nº 0001776-69.2013.5.02.0011 – indenização por dano moral no ambiente de trabalho*
- *Estatuto da Igualdade Racial : Lei número 12.288, de 20 de julho de 2010.*

Vídeos:

Entrevista com Sueli Carneiro: <https://www.youtube.com/watch?v=CMWXkgDNhBk>

O lugar dos brancos nas relações sociais, Lia Shucman (a partir do minuto 17):
<https://www.youtube.com/watch?v=IgrU7kw2UrE&index=1&list=PLV816d1-ALOfTvBdFNu8kkKrYIFZue8G4>

8. Seminário 3 (29/9)

9. Deficiência e inclusão (6/10)

Debate: Quais os obstáculos da política pública de educação inclusiva? A educação não-inclusiva é discriminatória?

Pensata: Resenha de uma página que se posicione sobre o argumento principal da ADI 5357

Leitura obrigatória:

- Texto elaborado pelos alunos do Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos (NPJ-DH)
- ADI 5357, Petição inicial da Confenem: http://media.wix.com/ugd/38d9a9_8c8706fcd5ca4a028b304e6c382a713d.pdf

Diploma jurídico: Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015)

Extra

- ADI 5357, liminar Min. Fachin
- “O Impasse da Inclusão”, Revista Educação

Vídeo

História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil - documentário:
<https://www.youtube.com/watch?v=oxscYK9Xr4M>



Examined Life - Judith Butler & Sunaura Taylor: <https://www.youtube.com/watch?v=koHZaPkF6qE>

10. Identidades trans e transfobia (13/10)

Debate: Transexuais têm direito à realização de processo transexualizador pelo SUS?

Pensata: Explícite a estrutura argumentativa da sentença do juiz Roger Raupp Rios e discuta as semelhanças e diferenças com relação ao posicionamento da Daniela Andrade sobre o tema.

Leitura obrigatória:

- Ação civil pública para garantir direito de transexuais à processo transexualizador pelo SUS:
http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=1838268&hash=a3e1f66fbd7cfb9f211dooc73ba3912
- Entrevista com Daniela Andrade sobre protocolo transexualizador no Canal das Bee:
<https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPwo>

Cartilha:

- *Cuidar bem da saúde de cada um: Atenção integral à saúde da população trans - Conteúdo para profissionais de saúde/trabalhadores do SUS:*
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Cuidar%20obem%20oda%20osáude%20ode%20cada%20um.pdf>
- *Direitos de Travestis, Transexuais e Transgêneros:*
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/o/folder%20visibilidade%20trans.pdf>

Vídeos:

Reportagem sobre Alexandre dos Santos, primeiro transexual homem a iniciar o processo transexualizador pelo SUS:

<http://www.youtube.com/watch?v=JJPsgMURhts&feature=fvst>.

Entrevista do Alexandre Peixe dos Santos: <http://revistageni.org/07/ser-homem-trans-no-brasil/>

Diplomas jurídicos:

- *Decreto Estadual nº 55.588/10, de 17 de março de 2010 - Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e*



travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas

- Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde.
- Deliberação CEE Nº 125/2014- Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo

11. Orientação sexual e homo/lesbofobia (20/10)

Debate: A homofobia deve ser criminalizada?

Pensata: Elaboração, a partir da leitura obrigatória, de um roteiro de perguntas problematizantes sobre o tema.

Leitura obrigatória:

- PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 51-72.
- Em defesa da criminalização da homotransfobia, Renan Quinalha: <http://justificando.com/2015/07/08/em-defesa-da-criminalizacao-da-homotransfobia/>
- Inaceitável, ilegal e ineficiente. crise no Maranhão escancara falência do sistema prisional brasileiro <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/12566-inaceitavel-ilegal-e-ineficiente>

Diplomas jurídicos:

- Lei Estadual N.º 10.948/2001 - Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual
- PL 7582/2014 – define os crimes de ódio e intolerância
- http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1254961&filename=PL+7582/2014
- ADI 4277 e APDF 132 – STF: reconhecimento do casal homossexual como entidade familiar
- Resolução CNJ 175/2013 – proíbe os cartórios de recusar a celebr. de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo
- RE 846.102 - Decisão da ministra Cármen Lúcia que autorizou a adoção por casais homossexuais
- Programa Brasil Sem Homofobia 20014 http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

Vídeo:

E SE FOSSE COM VOCÊ? (Por que criminalizar a homofobia?) - Põe na Roda



<https://www.youtube.com/watch?v=KXYtmju2mkw>

12. Mesa redonda com operadores do direito (27/10)

13. Religião (3/11)

Debate: O judiciário como espaço de combate à intolerância religiosa contra religiões de matriz africana

Pensata: A partir da leitura obrigatória, discorra em uma página sobre as possibilidades e limites para a utilização do judiciário como um espaço de combate a intolerância religiosa.

Leitura obrigatória:

- *Ação Civil Pública - TV Record e Rede Mulher - Ofensa à liberdade de crença - Religiões afro-brasileiras:*
(i) Petição Inicial: <http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/area-de-atuacao/dcomuntv/Acao%20Civil%20Publica%20-%20Religoes%20Afrobrasileiras%20e%20Rede%20Record.pdf>
(ii) Sentença: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCS/decisoes/2015/150511record.pdf>
- *Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil? Jefferson Puff*
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religoes_africanas_jp_rm

Diplomas jurídicos:

Coletânea Diversidade Religiosa e Direitos humanos

http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/Diversidade_Religopsa_e_Direitos_Humanos_colet%C3%A2nia.pdf

Video:

Hélio Silva comemora o resultado de ação judicial: <https://www.youtube.com/watch?v=eCBNqOhCGjs>

ONU Brasil: ESPECIAL: A intolerância contra as religiões de matrizes africanas no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=tSbl2LwFB1s>

14. Seminário 4 (10/11)



Programa de Seminários

Seminário 1 - Educação em direito e discriminação para ensino fundamental e médio (11/8)

Objetivos:

- Apresentação dos integrantes do grupo - o que senti falta de aprender sobre o tema direito e discriminação?
- Apresentação do projeto da educação em direitos para ensino fundamental e médio (cartilha ou vídeo e nota de ensino)
- Brainstorm de temas e formação de grupos
- Combinados

Leitura obrigatória:

- Parecer da Defensoria sobre Educação de Gênero e Diversidade nas Escolas
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/o/Parecer%20final%20-%20%20g%C3%AAnero%20nas%20pol%C3%ADticas%20educacionais.pdf>
- CANDAU, Maria Vera. "Educação em direitos humanos: questões pedagógicas". In: BITTAR, Eduardo (Org.). Educação e metodologia para os direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2008. pp.285-298.
- Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos

Seminário 2 - Educação em direitos e violência de gênero (15/9)

Objetivos:

- *Definição do tema geral do grupo e dos sub-temas dos capítulos da cartilha
- Debate sobre diferentes formas de intervenção na escola para educação em direitos sobre violência de gênero
- Compreender as semelhanças e diferenças com o tema escolhido pelo grupo

Leitura obrigatória:

- Cartilha sobre violência de gênero na escola: http://www.graal.org.pt/files/EA_Guia_para_accao.pdf
- Vídeo sobre violência de gênero: <https://www.youtube.com/watch?v=sagYuGGUzeo>
- Plano de aula sobre violência de gênero na escola
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_aula1sexo_genero_poder.pdf



Seminário 3 - Educação Popular em direito e discriminação (29/9)

Objetivos:

*Apresentação pelos sub-grupos do sumário da cartilha

Refletir sobre projetos de educação popular em direitos e o que eles podem contribuir para os projetos das alunas e alunos

Debate sobre os temas, objetivos e justificativas dos trabalhos apresentados pelos sub-grupos

Leitura obrigatória:

- “Direitos humanos, gênero e cidadania: a experiência emancipatória das promotoras legais populares no Distrito Federal, Brasil” - Bruna Santos Costa, Livia G. Dias Fonseca, Luna Borges Pereira Santos, Renata C. Gonçalves Costa

<http://www.revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/download/16880/17583>

- “Educação popular com mulheres? Considerações sobre a experiência do Coletivo Dandara no curso de Promotoras Legais Populares de São Paulo”, Revista do Dandara, 2012, p. 19-25.

- Principles of constructive feedback. Personal Development and Performance Review Guide. The University of Nottingham:

<https://www.nottingham.ac.uk/hr/guidesandsupport/performanceatwork/pdpr/documents/pdprprinciplesofconstructivefeedback.pdf>

- Vídeo: educação popular contra racismo

<https://www.youtube.com/watch?v=vpkjlbqHggYU>

Seminário 4 - Apresentação final dos projetos e avaliação do curso (10/11)

Objetivos:

Apresentação e crítica dos projetos (vídeo ou cartilha e plano de aula)

Avaliação do curso